

### Velho problema ressurge para Cabral: anistia

BRASÍLIA — A cúpula da Comissão de Sistematização voltou a esbarar ontem em um velho problema para finalizar o projeto de Constituição: a anistia. Depois de passar o dia todo reunido com os relatores-adjuntos, o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) disse que os parlamentares estão estudando o problema das cassações feitas a partir de julho de 1969. Segundo ele, "quando diz-se que o então Presidente Costa e Silva não gozava de saúde, suspeita-se de que muitas cassações tenham sido feitas com assinaturas falsas".

Na reunião de ontem, a direção da comissão examinou vários decretos antigos referentes ao assunto, segundo o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Não se chegou, porém, a uma solução. Fernando Henrique preferiu não adiantar nada sobre a solução que seria dada para a anistia.

— Acho que nem Deus sabe, desabafou.

Os parlamentares trocaram a sede do Banco do Brasil pelo apartamento de Fernando Henrique. Participaram das discussões, na parte da tarde, além de Cabral e Cardoso, os Deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Adolfo Oliveira (PL-RJ) e José Serra (PMDB-SP), e o professor Miguel Reale Jr. Eles analisaram outra parte das 21 mil emendas apresentadas à Sistematização e deram também os últimos retoques em alguns pontos que já estão definidos.

Bernardo Cabral reafirmou que o parlamentarismo será mantido no projeto, com a implantação, no País, marcada para 15 de março de 1988. Ele considerou natural a pressão que vem sendo feita pelo Presidente Sarney, para a aprovação do presidencialismo na Constituinte.

— Encaro isso com naturalidade, da mesma forma como vejo minha opção pelo parlamentarismo. É um direito de exercer a cidadania, afirmou.

Cabral esclareceu que na questão da reforma agrária, feita a desapropriação, não haverá qualquer possibilidade de devolução da terra. A Justiça apenas determinará o pagamento em dinheiro, se ficar provado que o proprietário está certo ao reclamar do valor da desapropriação, explicou.

O Senador Fernando Henrique informou sobre um ponto novo do projeto. O texto vai permitir que seja feita exploração mineral em terras indígenas, por empresas nacionais (o atual projeto delega este poder apenas à União). Esclareceu, porém, que a exploração será feita apenas com a aprovação da Funai e do Congresso Nacional.

A contribuição a sindical, segundo Fernando Henrique, poderá ser recolhida através das folhas de pagamento. Porém, as assembleias das categorias deverão definir a qual sindicato será dirigida a contribuição. A cúpula da Sistematização está pensando, também, em manter a alíquota do atual Imposto Territorial Rural, para os sindicatos rurais.

### Reforma agrária em debate não agrada ao Incra

BRASÍLIA — O Presidente do Incra, José Eduardo Raduan, disse ontem que "não é avançada" a proposta de reforma agrária definida pela cúpula da Sistematização. "Ela não corresponde ao mínimo necessário para avançar o processo nos moldes preconizados pelo Presidente da República", enfatizou. O Incra e o Ministério da Reforma Agrária, afirmou, vão continuar insistindo para que a Constituinte aprove a imissão imediata da posse da terra.

Ele não foi o único a se revelar insatisfeito com a proposta. Também a Igreja e os trabalhadores rurais a criticaram. O Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, frisou que ela representa um recuo em relação à legislação atual que, através do Decreto-Lei 554 de 1969, dá um prazo de 48 horas para a Justiça se manifestar sobre a imissão de posse. E o Secretário Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Padre Hermanno Allegri, afirmou que ela é "mais uma maneira de não se dar instrumentos para fazer a reforma agrária".

A proposta dá 90 dias para a Justiça conceder ou não ao Incra a posse da terra desapropriada e permite que o proprietário seja indenizado em dinheiro no caso de anulação da desapropriação. "Essa proposta é absurda. Ela piora o que existe hoje", protestou o Presidente da Contag.

Tanto ele como o padre Allegri acham que a Constituinte deveria respeitar a opinião de mais de um milhão de pessoas que assinaram a emenda pela reforma agrária.

# Encontros regionais de governadores devem ocorrer no início de setembro

Já estão praticamente definidas as datas das três reuniões regionais dos governadores: serão nos dias 4 ou 5 de setembro, a critério de cada região. Os governadores das regiões Sul e Sudeste do País se reunirão em Florianópolis; os da região Nordeste, em Fortaleza; e os das regiões Centro-Oeste e Norte, em Goiânia. A plenária final, que reunirá os 22 governadores do PMDB, será mesmo realizada no Rio de Janeiro, provavelmente no Hotel Glória. A data, entretanto, somente será definida nas reuniões regionais. É certo, contudo, que ela ocorrerá antes do final de setembro.

O tema principal continuará sendo o futuro do PMDB após a Assembleia Constituinte, e os governadores deverão discutir a alternativa social-democrata proposta pelo Governador do Rio, Moreira Franco. A consolidação do federalismo, a descentralização administrativa e a reforma tributária também estarão na pauta dos debates. O objetivo com relação à questão tributária é garantir a aprovação do texto do anteprojeto da Comissão de Sistematização rompendo, como diz o texto enviado pelos governadores à Constituinte, "a cadeia imperial das relações entre a União, os Estados e os municípios".

Hoje, o Governador Moreira Franco irá a Brasília, onde almoça com o Presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, e se reúne com autoridades da área econômica do Governo. Na pauta das conversações, a devolução do Banerj ao Governo do Estado e o Pólo Petroquímico. O Governador de São Paulo, Orestes Quécia, também estará em Brasília, e é provável que os dois, juntamente com o Presidente, discutam os temas a serem abordados nas reuniões regionais dos governadores.

## Newton prefere diretas em 88 a parlamentarismo

BELO HORIZONTE — O Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse ontem que prefere eleições diretas para a Presidência da República no ano que vem "a ver o Brasil adotar o parlamentarismo", e fez um apelo aos constituintes para que meditem sobre o risco de se adotar esse sistema de Governo em um país sem tradição parlamentarista, cuja única experiência neste sentido — no Governo João Goulart — foi "um lamentável fracasso".

Esta posição, entretanto, não significa, que ele tenha deixado de defender cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney:

— Não me julgue mal. Dos males, o menor — disse.

Dando como exemplo a Itália, Newton acha que o Brasil não tem estrutura partidária para sustentar o parlamentarismo e que as dificuldades econômicas e sociais do País podem tornar a experiência traumática. Além disso, entende que adotar o sistema parlamentarista "seria o mesmo que institucionalizar o Colégio Eleitoral, nós que sempre lutamos contra ele".

Newton Cardoso não vê com simpatia a formação de blocos parlamentares no PMDB e na Constituinte, em função das insatisfações partidárias. Para ele, a legislação partidária é suficientemente aberta para permitir a acomodação dos insatisfeitos em outras legendas. Não obstante, considera que essa acomodação partidária somente se dará depois da Constituinte:

— O PMDB cresceu demais e precisa de aparas à direita e à esquerda. Muitos usaram o nosso guarda-chuva para se eleger. Terminada a Constituinte, é preciso depurá-lo.

Disse que deverá definir ainda esta semana, a partir de conversas com outros governadores, sobretudo Orestes Quécia (SP), a data e o local da reunião dos governadores do Centro-Sul — uma das preparatórias para o encontro geral no Rio.

Para Newton, o PMDB tem em 15 de novembro de 1988 a data-limite da sua definição como legenda para dar resposta aos problemas da população. Ele concorda com o diagnóstico divulgado por seus colegas sobre a descaracterização do partido e o risco que ele corre de, mais cedo do que supunha, enfrentar o dilema da so-



Governador pede que não o julguem mal: continua defensor dos 5 anos

breviência, caso não consiga oferecer um programa claro e eficiente. E, mais do que isso, cumpri-lo no dia-a-dia de sua prática política.

Para ele, as eleições municipais do próximo ano serão o marco decisivo na vida do PMDB. Se perder, estará ferido mortalmente; se vencer, terá ampliada sua margem de existência. Newton argumenta, no entanto, que para vencer não basta a ação governamental. É necessário oferecer ao eleitor uma legenda com um perfil programático definido e comprometido com as reformas pedidas pelo País:

— O PMDB inchou e se descaracterizou. É preciso agora que suas lideranças, entre as quais os governadores, deem ao partido um programa

consistente, reformista, para hoje e para o futuro, mantendo sua origem de partido centro-reformista.

Só assim, segundo ele, o PMDB poderá enfrentar com chances as eleições do próximo ano. Na sua opinião, elas significarão uma depuração natural do partido, quando muitos militantes e até algumas lideranças procurarão legendas mais adequadas, à esquerda e à direita. O PMDB se manterá, então, como partido de centro. E ressaltou:

— O maior erro histórico do PMDB tem sido evitar mexer na questão do lucro. Um partido que começou pregando a distribuição da riqueza e cresceu pedindo essa distribuição não pode chegar ao poder e evitar exatamente sua bandeira mais

## Quécia pensa em aumentar bancada

SÃO PAULO — Embora favorável a que se pressione os constituintes pela aprovação do presidencialismo, o Governador Orestes Quécia mostrou-se ontem preocupado em conseguir elevar a mais de 100 a bancada federal de São Paulo, caso a Constituinte prefira o parlamentarismo.

— Acho que deveríamos ter o presidencialismo, mas, no caso do parlamentarismo, São Paulo teria que ter uma representação na Câmara dos Deputados de acordo com a sua população — afirmou.

Quécia lembrou que o PMDB está lutando na Constituinte pela elevação da bancada dos atuais 60 para 80 deputados. Insistiu que esse número é ainda muito pequeno para o sistema parlamentarista. Disposto a desenvolver um trabalho junto aos constituintes pró-presidencialismo, não descartando nem mesmo pressões nesse sentido. Mas disse não saber se encontrará apoio dos demais governadores nessa tarefa.

Em Salvador, o Governador Waldir Pires confirmou ontem que o novo encontro preparatório dos governadores deverá acontecer nesta sexta-feira, em Recife, logo depois da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene. O encontro, segundo ele, deverá ter a participação de governadores de outras regiões do País, a exemplo de Max Mauro, do Espírito Santo, convidado pessoalmente por Pires.

A reunião de Recife visa a definir uma agenda para a reunião geral dos governadores, apontando uma estratégia e algumas posições imediatas de ordem tática em relação ao processo político brasileiro e ao futuro do PMDB, afirmou Pires.

Em Porto Alegre, o Governador Pedro Simon disse que ainda na primeira quinzena de setembro os governadores de todo o País já deverão se reunir para discutir as principais questões da Constituinte, especialmente a reforma tributária. Assegurando que estão fora da pauta do encontro o sistema de Governo e a duração do mandato do Presidente Sarney, justificou: "Se fomos nós que, através de um documento, pedimos que a Convenção do partido deixasse a definição para os constituintes, não haveria sentido em falarmos sobre o assunto".

## Progressistas' decidem fazer 'corpo-a-corpo'

BRASÍLIA — Os partidos de "esquerda" — PCB, PC do B, PT, PDT e PSB — e o Movimento de Unidade Progressista do PMDB (MUP) tentam fazer alianças em torno dos temas polêmicos da Constituinte, num trabalho de "corpo-a-corpo" para o qual contarão com o auxílio de computadores a fim de traçar o perfil ideológico dos constituintes. A tática foi acertada ontem durante reunião com representantes partidários, quando os "progressistas" firmaram posição sobre 20 temas polêmicos.

— Não vamos isolar ninguém — disse o Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro.

Na Comissão de Sistematização, eles afirmam contar com 37 votos, 10 a menos do que o necessário para conseguirem aprovar suas teses. Tentarão alcançar os 47 votos — maioria absoluta — desenvolvendo um trabalho de convencimento junto as demais integrantes da Comissão com posições que não sejam radicalmente contrárias às suas.

Caso não obtenham êxito na Comissão de Sistematização, pretendem deixar traçada sua tática para o plenário da Constituinte: lançar mapas das cerca de 3 mil emendas que os seis partidos apresentaram separadamente, para pedidos de destaque. Essa iniciativa pode representar um considerável atraso nos trabalhos.

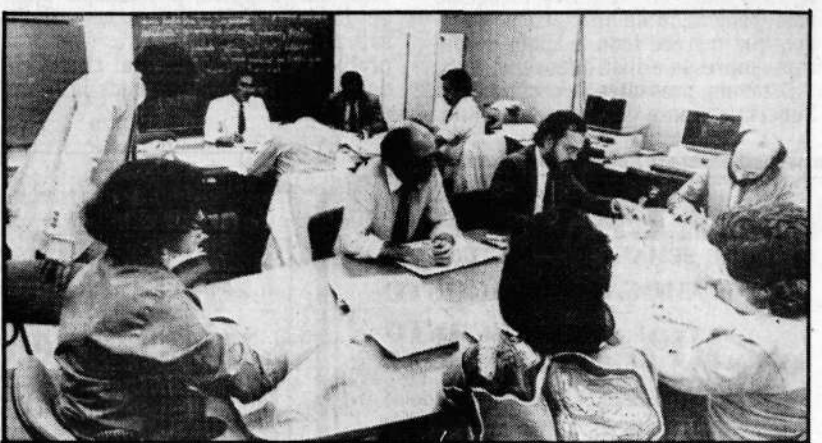
## Presidente vai dizer que não acusou Brizola

BRASÍLIA — Para explicar que não responsabilizou o ex-Governador Leonel Brizola pelo apedrejamento do ônibus de sua comitiva, durante viagem ao Rio, o Presidente José Sarney usará um telex que recebeu do Deputado Koyu Iha (PMDB-SP) desmentindo que ouvira esta acusação do próprio Presidente, durante audiência no Palácio do Planalto.

A informação foi prestada ontem à imprensa pelo Porta-Voz do Palácio, Frota Netto. Ele ressaltou, entretanto, que o Presidente não recebeu ainda a notificação do Supremo Tribunal Federal (STF) para encaminhar suas explicações ao pedido impetrado pelo ex-Governador do Rio de Janeiro.

Segundo Frota Netto, o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, está analisando os procedimentos a serem adotados pelo Governo para o esclarecimento do caso. O telex do Deputado será anexado à explicação, pois, de acordo com o Porta-Voz, é peça fundamental na resposta.

Desde a última sexta-feira um Oficial de Justiça do Supremo está tentando marcar uma audiência com o Presidente Sarney para apresentarlhe a notificação do pedido de explicações. Essa notificação tem que ser entregue pessoalmente. Depois de receber o documento, Sarney terá um prazo de 48 horas para enviar suas explicações ao STF.



Os assessores se esforçam para redigir os pareceres até o meio-dia de hoje

## 'Assessores institucionais' ajudam Relator na redação

BRASÍLIA — A futura Constituição brasileira não está sendo redigida apenas pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral. Cerca de dez assessores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, com formação superior, trabalham no texto, especificamente nos pareceres sobre as mais de vinte mil emendas.

Esses "assessores institucionais" são orientados diretamente pelos relatores adjuntos. Segundo Edgard Proença, Diretor da Assessoria do Senado Federal, até o meio-dia de hoje todas as emendas estarão devidamente analisadas. Ao texto integral do anteprojeto, já conhecido por "Bernardão", somente o Relator tem acesso, mas, quando é para esclarecer qualquer dúvida quanto à técnica legislativa, ele recorre ao assessor especialista na área.

Edgard ressalta que os "assessores

institucionais" só entram em contato com os relatores adjuntos, quando solicitados. Apenas mantêm contato permanente os assessores de apoio administrativo e técnico-jurídico, que na verdade são os homens de confiança de cada um dos relatores, ou seja, seus assessores parlamentares.

Os assessores do Senado e da Câmara foram requisitados pelo ato nº 13 da Assembleia Nacional Constituinte. O Senado mandou cerca de 70 e a Câmara 30. Cada um recebe uma gratificação por serviços especiais de CZ\$ 16 mil. Normalmente, durante os trabalhos legislativos, esses funcionários ficam encarregados de realizar estudos encomendados por parlamentares, apresentar pareceres e escrever discursos sobre temas específicos. Todos foram aprovados em concursos públicos, em 1972 e 1984.